

IMPAR – COMPANHIA CABOVERDIANA DE SEGUROS, S.A.R.L.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montante expressos em Escudos de Cabo Verde – ECV)

I - NOTA INTRODUTÓRIA

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A. (adiante designada por IMPAR) foi constituída em 06 de Janeiro de 1992, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, dedicando-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos “Não Vida” para a qual obteve as devidas autorizações no âmbito da competência que lhe é atribuída pelo Banco de Cabo Verde de acordo com a alínea e) do artigo 22º e 23º da Lei Orgânica.

O capital social da IMPAR está representado por 400.000 ações, sendo 40% participados com capitais portugueses, detidos pela JVC – Holding, SGPS, S.A. e GEOCAPITAL – Sociedade de Gestão e Participação, S.A. e os restantes 60% por um Grupo de Empresas e pequenos Empresários nacionais.

As notas no presente Anexo respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”), aprovado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) pela Norma Regulamentar nº 4/2010, de 28 de Junho, a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Relato Financeiro de Contabilidade (NIRF), nos termos do nº 2 do presente, com exceção da norma internacional de Relato Financeiro 4 (IFRS 4) da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas seguradoras. As notas cuja numeração se encontra ausente, não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

II – Informações gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A. (“IMPAR”) desenvolve a sua atividade em Cabo Verde e foi constituída em 06 de Janeiro de 1992 sob a forma jurídica de sociedade anónima, tem o seu domicílio registado na cidade do Mindelo, sendo o seu capital social de 400.000.000\$00 repartido por Entidades Estrangeiras 40% e Empresas e empresários Nacionais com 60%.

As Contas ora apresentadas, refletem o resultado das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011.

A estrutura organizacional da Companhia é constituída por duas sedes, uma Social e outra Administrativa, sendo a principal e primeira a do Mindelo e a outra na cidade da Praia devido a dimensão mercadológica, o número populacional e o movimento do mercado que para a área comercial constitui o centro nevrálgico para o negócio. Para a sua expansão comercial tem como canas de distribuição, dez (10) Escritórios distribuídos pelas Ilhas de Santiago: Escritório de Achada Santo António e o de Assomada e a mais recente o de Santa Cruz; na Ilha do Sal com o Escritório de Espargo e o de Santa Maria; na Ilha do Fogo, o de São Filipe; na Boavista na Vila Sal Rei, o Escritório da Boavista; em Santo Antão, tem um na Ribeira Grande e outro no Porto Novo e em S. Nicolau o de Ribeira Brava e está em vias de ser implantado um outro Escritório no Tarrafal de S. Nicolau.

A IMPAR dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro para os todos os ramos técnicos Vida e Não Vida, para o qual obteve a devida autorização do Banco de Cabo Verde.

O presente Relatório de Gestão do Conselho de Administração foi aprovado na data de 27 de Março de 2013.

III. Informação por segmentos.

Nos exercícios de 2012 e 2011, os prémios brutos emitidos ascenderam a 837.808.066,00 e 795.937.449,00, respetivamente, e dizem exclusivamente a contratos celebrados em Cabo Verde. Devido a exiguidade do mercado que constitui o País, só existe um segmento geográfico.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os seguros do ramo vida em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, contribuíram para o total de prémios brutos emitidos em 52.715.525 ECV e 51.095.168 ECV, respetivamente, correspondendo, em termos percentuais, a 6,29% e 6,42%. Portanto, valores ainda pouco significativos.

Os principais valores, por segmentos de negócio da Companhia, são os seguintes:

IAS 14 - Nota III

RESULTADOS POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Montantes expressos em ECV

	2012					
	Total Geral	Total Vida	Total Ramos não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	837.808.066	52.715.525	785.092.541	157.018.508	353.291.643	274.782.389
Prémios de resseguro cedido	306.833.079	14.515.584	292.317.495	58.463.499	131.542.873	102.311.123
Prémios brutos adquiridos	839.408.148	52.715.525	786.692.623	157.338.525	354.011.680	275.342.418
Resultado dos investimentos	64.499.785	10.705.700	53.794.085	10.758.817	24.207.338	18.827.930
Custos com sinistros brutos	276.952.353	61.375.090	215.577.263	43.115.453	97.009.768	75.452.042
Custos de exploração brutos	145.674.335	5.080.465	140.593.870	28.118.774	63.267.242	49.207.855
Resultado da conta técnica	108.263.298	14.308.331	93.954.967	18.790.993	42.279.735	32.884.238
Activos afectos à representação						
das provisões técnicas	1.348.889.288	125.591.000	1.223.298.288	244.659.658	550.484.230	428.154.401
Provisões técnicas	700.576.118	67.442.739	633.133.379	126.626.676	284.910.021	221.596.683

RESULTADOS POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Montantes expressos em ECV

	2011					
	Total Geral	Total Vida	Total Ramos não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	795.937.449	51.095.168	744.842.281	148.968.456	335.179.026	260.694.798
Prémios de resseguro cedido	262.972.629	12.467.348	250.505.281	50.101.056	112.727.376	87.676.848
Prémios brutos adquiridos	843.726.125	51.095.168	792.630.957	158.526.191	356.683.931	277.420.835
Resultado dos investimentos	66.876.062	3.550.983	63.325.079	12.665.016	28.496.285	22.163.778
Custos com sinistros brutos	290.107.975	46.736.593	243.371.382	48.674.276	109.517.122	85.179.984
Custos de exploração brutos	168.302.230	6.294.533	162.007.697	32.401.539	72.903.463	56.702.694
Resultado da conta técnica	167.302.224	6.294.533	161.007.691	32.201.538	72.453.461	56.352.692
Activos afectos à representação						
das provisões técnicas	1.421.920.529	158.047.125	1.263.873.404	252.774.681	568.743.032	442.355.691
Provisões técnicas	713.884.424	75.765.575	638.118.849	127.623.770	287.153.482	223.341.597

IV – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras são: (i) expressas em Escudos Caboverdianos (“ECV”); (ii) preparadas de acordo com o PCES; (iii) preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros ao justo valor classificados com disponíveis para venda; (iv) preparadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, ou seja, os rendimentos e gastos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos; e (v) preparadas de acordo com o princípio da continuidade do negócio.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes dos rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras que enformam o Balanço, Ganhos e Perdas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, que encontram-se analisadas nas notas 1, 2 e 3.

4.1 – Principais políticas contabilísticas e bases de mensuração

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Ativos Financeiros

i)- Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacentes, essencialmente como ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber (nota 5).

INVESTIMENTOS

O saldo desta conta é analisada como segue:

	31-12-2012		31-12-2010	
	ECV: '000		ECV: '000	
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (CECV, CVTELECOM, ENACOL, IMOPAR)				
CECV, S.A.	450.224.136		488.862.718	
CVTELECOM, S.A.	11.378.958		9.225.378	
ENACOL, S.A.	4.725.000		6.752.827	
IMOPAR, Lda	4.000.000		4.501.886	
Ações da SITA, S.A.	7.618.600	477.946.694	10.500.000	519.842.808
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - OUTROS DEPÓSITOS				
CECV, S.A. - DEPÓSITOS À PRAZO	250.000.000		250.000.000	
BCN - DEPÓSITOS À PRAZO	100.000.000	350.000.000	98.679.000	348.679.000
TÍTULOS DE DÍVIDA - OBRIGAÇÕES				
BCN - OBRIGAÇÕES DO TESOURO	66.070.000		91.070.000	
ELECTRA - OBRIGAÇÕES	9.521.000		12.204.000	
CVFF - OBRIGAÇÕES	0		15.273.125	
OBRIGAÇÕES - TECNICAL, S.A.	50.000.000	125.591.000	39.500.000	158.047.125
INVESTIMENTOS AFECTOS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS				
EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	173.987.035		173.987.035	
EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO	221.364.560	395.351.595	221.364.560	395.351.595
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM 31 DEZEMBRO DE 2012/2011	1.348.889.289	1.348.889.289	1.421.920.528	1.421.920.528

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) que não se enquadram na categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos a deter até à maturidade ou empréstimos e contas a receber.

Os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados neste elemento do ativo os depósitos a prazo em instituições de créditos.

ii) – Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alineações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação “trade date”, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição adicionados dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) A Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados

à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) – Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos recebidos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente “bid-price”. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizado (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento: e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor, são registados ao custo de aquisição.

(iv) – Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, a Companhia não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

(v) – Imparidade

A Companhia avalia se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, através dos resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Relativamente aos títulos representativos de capital, a Companhia entende que uma desvalorização de 30% no seu justo valor, face ao seu custo de aquisição, é significativa, e que uma desvalorização do seu justo valor face ao seu custo de aquisição, durante seis meses consecutivos, é prolongada.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, corresponde à diferença entre o custo de aquisição deduzido de qualquer perda de imparidade e o seu justo valor atual, é transferida para resultados. No que respeita a títulos de dívida, se um período subsequente o montante de perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até a reposição do custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, a perda por imparidade anteriormente reconhecida não é reversível.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidos) originará uma perda por imparidade adicional.

De acordo com a IAS 32, no presente exercício foi reconhecido ajustamentos nos ativos financeiros disponíveis para venda devido a cotação na Bolsa de Valores das ações da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde ter baixado, produzindo um ajustamento de ECV 39.014.715,00 e um ajustamento das ações da CVFF no valor de

273.125,00ECV, para além de uma imparidade nas obrigações da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, por dar mostras de incapacidade de gestão ao não poder regularizar os juros aos obrigacionistas. Portanto uma imparidade no montante de 15.000.000,00 ECV. Entretanto foi feito um ajustamento nos Depósitos à Prazo no Banco Caboverdiano de Negócios no montante de ECV 1.321.000,00, (vidé nota 6 e 7) no quadro de Investimentos.

b) - Instrumentos financeiros derivados (derivados imbutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade.

No exercício de 2012, a Companhia não efetuou qualquer transação, ou detém direitos ou obrigações, sobre qualquer tipo de instrumento financeiro derivado.

c) – Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos (nomeadamente, depósitos recebidos de resseguradores).

Estes passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

d) – Operações em moedas estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data de transação (divulgadas pelo Banco de Cabo Verde e outros bancos). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para ECV à taxa de câmbio em vigor na data da operação pela banca comercial. As Instituições Bancárias ao receberem as transferências do exterior convertem, imediatamente, as unidades monetárias recebidas em moeda nacional o que neutraliza a aparição de diferenças cambiais resultantes dessas conversões. Portanto, não são reconhecidas em resultados.

e) – Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas com base no método de quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem à vida útil esperadas dos bens:

Anos de vida útil	
Equipamento administrativo	4 - 8 Anos
Maquinas e ferramentas	4 - 5 Anos
Equipamento informático	4- 5 Anos
Material de transporte	8 Anos
Instalações Interiores	10 Anos

A vida útil esperada dos bens rege pela taxa indicada na Portaria nº 3/87 podendo ser revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas de imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Em 31 de Dezembro de 2012, tal qual em 2011, os ativos fixos tangíveis estão reconhecidos no Balanço pelo montante líquido de ECV 397.591 contos, sendo o de uso próprio no valor líquido de 173.987.035 contos e o de rendimento no montante de 221.364.550 contos.

Nota 8

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.											Montante
Rubricas	Saldo inicial			Aumento s	Transfer ências e abates	Alienaçõ es	expresso em ECV				Valor Líquido
	Valor bruto	Depreciações + Imparidades	Valor Líquido	Aquisiçõ es			Reforço	Regular izações	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	
	TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO										
Edifício da Sede Social - Mindelo	71.216.091,00	-3.216.091,00	68.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.000.000,00	5.440.000,00	62.560.000,00
Edifício da Sede Administrativa - Praia	40.174.980,00	0,00	40.174.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.174.980,00	3.213.998,40	36.960.981,60
Escritório na Achada Stº António - Regulação	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00	600.000,00	6.900.000,00
Escritório de Espargos no Sal	31.520.000,00	0,00	31.520.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.520.000,00	2.521.600,00	28.998.400,00
Escritório em Santa Maria - Sal	8.421.050,00	0,00	8.421.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.421.050,00	673.684,00	7.747.366,00
Escritório na Assomada - Stª Catarina	10.621.005,00	0,00	10.621.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.621.005,00	849.680,40	9.771.324,60
Apartamento da IMPAR na ASA - Praia	7.750.000,00	0,00	7.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.750.000,00	620.000,00	7.130.000,00
Sub-total	177.203.126,00	-3.216.091,00	173.987.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173.987.035,00	13.918.962,80	160.068.072,20

DEMONSTRAÇÃO DE SALDOS DE TERRENOS E EDIFÍCIOS - USO PRÓPRIO -2012/2011

Montantes expressos em ECV		
TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	Ano 2012	Ano 2011
Saldo ilíquido a 1 de Janeiro	173.987.035	215.101.765
Adições por aquisição	0	0
Adições por beneficiação	0	0
Transferências	0	-37.898.639
Abates /Vendas	0	0
Variações Justo valor	0	-3.216.091
Saldo ilíquido a 31 de Dezembro	173.987.035	173.987.035

DEMONSTRAÇÃO DE SALDOS DE TERRENOS E EDIFÍCIOS - RENDIMENTO - 2012/2011

Montantes expressos em ECV		
TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTOS	Ano 2011	Ano 2011
Saldo ilíquido a 1 de Janeiro	221.364.550	183.465.921
Adições por aquisição	0	0
Adições por beneficiação	0	0
Transferências	0	37.898.639
Abates /Vendas	0	0
Variações Justo valor	0	0
Saldo ilíquido a 31 de Dezembro	221.364.550	221.364.560

Nona 9

A rubrica de Outros Ativos Tangíveis da Companhia é analisada como segue:

Outros Activos tangíveis

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	36.911.822	31.948.436	4.963.386
Máquinas e Ferramentas	8.740.601	7.743.824	996.777
Equipamento Informático	49.557.696	35.450.214	14.107.482
Instalações Interiores	3.591.464	2.117.322	1.474.142
Material de Transporte	53.197.932	28.634.169	24.563.763
Outros Equipamentos	1.195.683	660.782	534.901
Património Artístico	1.551.170	1.296.883	254.287
	154.746.368	107.851.630	46.894.738

Activos Tangíveis em Curso

Imobilizados em Curso	52.942.053	0	52.942.053
TOTAL	52.942.053	0	52.942.53

Nota 10

Existências - Salvados

Salvados	56.661
----------	--------

*Valor considerado imaterial

f) – Propriedades de investimentos

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do Capital, consoante a oportunidade de mercado.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispendios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a

Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Companhia tinha para além das existentes no exercício precedente, as seguintes propriedades de investimento em curso.

g) – Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são reconhecidos como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias á sua implementação. Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, relativamente às quais seja expectável que estas venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são também reconhecidos como ativos intangíveis. Estes ativos são depreciados de forma linear e sistemática ao longo d sua vida útil esperada (3 anos).

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos, incluindo a Manutenção de programas informáticos, são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2012, os ativos intangíveis em aplicações informáticas e despesas de desenvolvimento é analisada como segue:

Ativos Intangíveis			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Despesas de Desenvolvimento	2.843.184,00	0,00	2.843.184,00
Despesas com aplicações informáticas	12.601.302,00	0,00	12.601.302,00
	15.444.486,00	0,00	15.444.486,00

h) – Imparidade de ativos

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida um perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultado.

A Companhia avalia em cada data do relato se há qualquer indicação de um ativo possa estar em imparidade.

i) – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados na balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, que sejam dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Nota 4

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

	Montantes expressos em	
	ECV	
	Ano 2012	Ano 2011
Caixa	3.250.231	7.933.862
Depósitos em Instituições de Crédito	43.695.349	82.418.369
	46.945.580	90.352.231

3) - Políticas contabilísticas

I - Provisões técnicas

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas são as seguintes:

Not
a 18

Provisões Técnicas de Seguro Directo

Montantes expressos em
ECV

Provisões Técnicas	31-12-2012	31-12-2011
Provisões Matemática do Ramo Vida	0	0
Provisão para seguros e operações do ramo vida	67.442.739	69.333.306
Provisões para Prémios Não Adquiridos	150.233.611	148.679.215
Provisões para Riscos em Curso	0	17.574.866
Provisões para Sinistros		
De Vida	3.712.000	2.929.000
De Acidentes Trabalho	51.603.255	56.991.035
De Automóvel	309.904.280	318.519.931
De Outras Provisões	116.433.968	96.860.583
Provisões para Participação nos Resultados	1.246.265	3.503.269
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Desvios de Sinistralidade	0	0
	700.576.118	714.391.205

i) – Provisões para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos a data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objetivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. E determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método *prorata temporis* aos prémios brutos emitidos.

Em 31 de Dezembro de 2011 o montante das provisões para prémios não adquiridos foi de 148.679.215ECV e representara 18,68% dos prémios brutos emitidos no exercício, enquanto em 31 de Dezembro de 2012 o montante das provisões para prémios não adquiridos ascende a 150.233.611ECV e representa 17,93% dos prémios brutos emitidos no referido exercício.

Nota 18.1

PROVISÕES TÉCNICAS POR RAMO

2012

Montantes
expressos em ECV

Ramos Técnicos	Provisões para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para riscos em curso	Provisão para desvios de sinistralidade	Total de Provisões Técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes de Trabalho	497.914	51.603.255	0	0	52.101.169
Acidentes pessoais e doença	3.874.700	7.030.920	0	0	10.905.620
Incêndio e outros ramos	60.202.739	55.300.208	0	0	115.502.947
Automóvel					
Responsabilidade civil	43.703.910	219.201.729	0	0	262.905.639
Outras coberturas	18.084.055	90.702.551	0	0	108.786.606
Transportes					

Marítimo Cascos	5.186.646	39.914.516	0	0	45.101.162
Transporte Mercadoria	3.726.408	2.181.615	0	0	5.908.023
Responsabilidade Civil Geral	7.961.969	11.989.709	0	0	19.951.678
Diversos	6.995.270	17.000	0	0	7.012.270
Total	150.233.611	477.941.503	0	0	628.175.114

PROVISÕES TÉCNICAS POR RAMO

Montantes expressos em					
Ramos Técnicos	2011		ECV		Total de Provisões Técnicas
	Provisões para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para riscos em curso	Provisão para desvios de sinistralidade	
Acidentes e doença					
Acidentes de Trabalho	528.182	56.945.935	0	0	57.474.117
Acidentes pessoais e doença	6.123.541	10.569.705	0	0	16.693.246
Incêndio e outros ramos	42.982.946	27.477.344	0	0	70.460.290
Automóvel					
Responsabilidade civil	46.522.079	289.082.599	17.574.866	0	353.179.544
Outras coberturas	20.069.390	28.978.351	0	0	49.047.741
Transportes					
Marítimo Cascos	8.623.930	28.777.230	0	0	37.401.160
Transporte Mercadoria	3.459.300	9.725.247	0	0	13.184.547
Responsabilidade Civil Geral	17.913.773	20.291.357	0	0	38.205.130
Diversos	2.456.074	17.000	0	0	2.473.074
Total	148.679.215	471.864.768	17.574.866	0	638.118.849

ii) – Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pelo Banco de Cabo Verde. Esta provisão é constituída/ reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

No exercício de 2012 foi anulada a provisão para Riscos em Curso no valor de 17.574.865,61 que havia sido constituída no exercício precedente devido ao sinistro da grua da SOGEI e que, neste exercício de 2012, deixou de fazer sentido visto que o sinistro foi regulado.

iii) - Provisões para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados a sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. No ramo acidentes de trabalho, na parte não relativa a pensões, e no ramo automóvel, aplicam-se métodos determinísticos e estocásticos para o cálculo desta provisão.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração geral) foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de

valores e pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem pelo método de custo médio.

Passou-se a calcular o IBNR pelo processo recomendado pela legislação em vigor, com base em informação financeira e estatística histórica, ao contrário da aplicação de taxas pré definidas pelo Banco de Cabo Verde, cuja metodologia redundou numa redução na provisão de 9.430.806 contos.

As provisões para sinistros não são reconhecidos pelo seu valor atual, com exceção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, que se vinha atualizando-os a uma taxa de juro de 4%.

Em 31 de Dezembro de 2012 as provisões para sinistros ascendiam a 481.653 contos, dos quais cerca de 145.000 contos referentes a processos reclamados judicialmente. Tem-se vindo a adotar o critério de provisionar integralmente o montante reclamado dos processos pendentes e provisionar 50% dos processos que a Companhia obteve sentenças favoráveis, em primeira instância, e para os processos cuja possibilidade de a Companhia poder ser condenada, considerar remota.

O quadro de Provisões para Sinistros se encontra ilustrado na página 10 e refere-se à nota 18 do Ativo do Balanço.

iv) – Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo Banco de Cabo Verde para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

v) – Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

Nota 11

Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Provisões Técnicas	Montantes expressos em ECV	
	31-12-2012	31-12-2011
Provisões para Seguros e Outras do Ramo Vida	4.033.821	4.804.420
Provisões para Prémios Não Adquiridos	70.183.978	70.060.830
Provisões para Participação nos Resultados	0	0
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Sinistros - Acidentes de Trabalho	0	0
Provisões para Sinistros	105.148.980	107.693.155
Provisões - De outros Ramos	0	0
De Vida	0	0
	179.366.779	182.558.405

II) - Provisões não técnicas

São reconhecidas provisões não técnicas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

a) – Benefícios aos empregados

Em conformidade com os Contratos de Trabalho vigente, a Companhia assegura aos seus colaboradores um Fundo Especial de Empréstimos (FEE) ou seja para satisfação despesas socialmente justificáveis, um outro Fundo Especial de Promoção da Saúde e ainda, bonificações nos prémios de seguro por eles contratados e por seus cônjuges devidamente comprovado.

O Fundo Especial de Promoção da Saúde (FEPS) será constituído e alimentado anualmente pelo somatório dos valores individuais de cada trabalhador estabelecido em regulamento próprio.

b) – Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de impostos aprovadas ou substancialmente aprovadas a data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com rubricas que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para a venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

ESTIMATIVA DE IMPOSTOS

	Montantes expressos em ECV
	2012
Estimativa de imposto 2012	25.087.202,92
Deduções (retenções efetuadas por terceiros)	11.531.600,00
Total de pagamentos efetuados em 2012	13.555.602,92
Valor a recuperar /pagar	2.570.833,00
Valor a recuperar (efetivo)	0
Excesso / (insuficiência) de Imposto	2.570.833

Montantes expressos em ECV

	2011
Estimativa de imposto 2011	38.800.347,95
Deduções (retenções efetuadas por terceiros)	14.190.508,00
Total de pagamentos efetuados em 2011	24.609.840,00
Valor a recuperar /pagar	1.585.946
Valor a recuperar (efetivo)	0
Excesso / (insuficiência) de Imposto	1.585.946

c) – Responsabilidades por férias e subsídio de férias

As responsabilidades por férias e subsídio de férias estão reconhecidas na rubrica de acréscimos e deferimentos do passivo, e corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, imputando ao exercício as responsabilidades legais existentes no final do exercício perante os Colaboradores, pelos serviços prestados até aquela data, e a regularização posteriormente.

d) – Remunerações de mediação de seguros

Aplicando um modelo de Bancasseguros, a Companhia distribui os contratos de seguro aos Balcões das Agências das instituições bancárias que não pertencem ao grupo da nossa concorrente e aos Agentes e Mediadores que estão inscritos no Banco de Verde, com o estatuto de mediadores de seguros ligados.

As remunerações de mediação de seguros devidos às Agências – Balcões -, são apuradas mensalmente, com base numa fórmula que toma em consideração o volume de prémios comerciais emitidos e os custos com sinistros no exercício e que sejam imputáveis à carteira de seguros mediados por cada uma das Agências ou Balcões. O modelo de cálculo das remunerações de mediação de seguros incorpora ainda um fator de majoração por taxa de penetração (percentagem de clientes da carteira da Agência ou Balcão co apólices de seguros da Companhia, que estejam em vigor) e de capitação (número de apólices médio por Cliente).

e) – Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos como rendimentos de investimentos, em resultados, utilizando o método da taxa de juro efetiva, que é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para cálculo da taxa de juro efetiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), estes são reconhecidos quando recebidos.

RESULTADO POR AÇÃO ATRIBUÍDO A CADA ACCIONISTA

	2012	Montantes expressos em ECV 2011
Resultado líquido atribuível aos acionistas	80.000.000	80.000.000
Número médio ponderado das ações em circulação	400.000	400.000
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas	200	200
Resultado por ação / valor nominal	20%	20%

f) – Ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos que não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2. – Alterações nas políticas contabilísticas

Com exceção das alterações nas políticas contabilísticas decorrentes das regras do PCES, bem como das Normas Internacionais de Contabilidade / Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), descritas no aviso nº 4/2010 neste anexo, a Companhia não efetuou qualquer outra alteração de política contabilística.

3.3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS, tal como adotadas pelo Banco de Cabo Verde e refletidas no PCES, estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração da Companhia utilize o julgamento e prepare estimativas de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os seus resultados reportados e a sua divulgação.

Considerando que, em algumas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, o Conselho considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A Companhia entende que uma desvalorização de 30% no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa, e o período de 6 meses é assumido como uma desvalorização continuada de justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

A Companhia reconheceu no exercício de 2012 numa ótica de prudência, tendo em consideração a situação de incumprimento do pagamento de juros das obrigações da empresa CVFF e consequentemente o risco associado de

imparidade, procedeu a contabilização de um ajustamento de imparidade pelo valor do investimento ou seja, ECV 15.000.000,00, inscrito na nota 7 do quadro dos Investimentos, anteriormente ilustrado.

Base de mensuração dos investimentos em participações sociais

A Companhia vinha valorizando os investimentos em empresas participadas pelo critério do custo de aquisição, sujeitos a Flutuação de Valores. Contudo, após se ter instituído a norma regulamentar nº 4/2010 de 28 de Junho, adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 4). Os investimentos de capital e unidades de participação – Ações – são valoradas pela cotação em Bolsa de Valores à data de 31 de Dezembro de cada ano. Para àquelas não se encontrarem inscritas na Bolsa de Valores, o método adotado é o de equivalência patrimonial.

Quanto aos Títulos da dívida, são valorados pelo valor nominal unitário.

Nota 5,7

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Identificação dos títulos	Quantidade	Montante do Valor	% do valor nominal	Preço médio	Valor total de aquisição	Valor de	Valor de Ativos
							Unitário (*)	Total
	Designação		nominal		de aquisição			
	I - Investimentos de Capital e Unidades de participação							
	1.1. Ações							
	CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l.	168.032	1.000,00	100%	1.880,34	315.947.287,86	2.679,40	450.224.135,76
	CVTELECOM, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	4.800,00	7.200.000,00	7.585,97	11.378.958,00
	ENACOL, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	2.100,00	3.150.000,00	3.150,00	4.725.000,00
	IMOPAR, S.a.r.l.	4.000	1.000,00	100%	1.000,00	4.000.000,00	1.000,00	4.000.000,00
	Sub- Total	175.032				330.297.287,86		470.328.093,76
	1.2. Títulos de participação							
	CABO VERDE FAST FERRY,LDA	5.000	1.000	100%	1.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00
	CABO VERDE FAST FERRY,LDA	10.000	1.000	100%	1.027,31	10.273.125,00	0,00	0,00
	Sub- Total	15.000	1.000	100%		15.273.125,00		0,00
	1.3. Unidades de participação de Fundos de Investimentos Mobiliário							
	Sub- Total	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.4. Unidades de participação de Fundos de Investimentos imobiliário							
	TECNICIL , S.A.R.L.	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
	Sub- Total	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
	1.5. Outros							
	SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	3.463	1.000		2.200,00	7.618.600,00	2.200,00	7.618.600,00
	Sub- Total	3.463	1.000		2.200,00	7.618.600,00	2.200,00	7.618.600,00
	2. Títulos da Dívida							
	2.1. De Dívida Pública							
	Obrigações							
	CVOT120119A1 24-05-2012	650	10.000	100%	10.000,00	6.500.000,00	10.000,00	6.500.000,00
	CVOT120119A1 19-01-2012	957	10.000	100%	10.000,00	9.570.000,00	10.000,00	9.570.000,00
		2.500	10.000	100%	10.000,00	25.000.000,00	10.000,00	25.000.000,00
		2.500	10.000	100%	10.000,00	25.000.000,00	10.000,00	25.000.000,00
	Sub- Total	6.607			6.666,67	66.070.000,00	10.000,00	66.070.000,00
	Obrigações							

Outros Títulos -	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	
	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	
2.2. De outros emissores públicos							
Obrigações							
OELE B 6,650% -2017 9.521 Obrigações	9.521	1.000	1	1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
	9.521	1.000		1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
Outros Títulos							
2.2. De outros emissores							
Outros Títulos							
Sub- Total							0,00
3. Estrangeiros							
Sub- Total							
Total geral ...					478.780.013		603.537.693,76

Provisões para sinistros

As provisões para sinistros, à data de 31 de Dezembro de 2012, ascenderam a ECV 477.941.503 enquanto em 2011 quedaram-se em ECV 471.864.768.

Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e tempestividade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

No conjunto das provisões para sinistros do ramo não vida, as respeitantes ao ramo automóvel têm um peso muito significativo, representando ECV 309.904.280 contrapondo-se ao ano de 2011 que ilustrou 318.060.950 ECV. Considerando que: (i) os sinistros automóvel de maior gravidade representam uma parcela importante destas provisões, (ii) que a resolução desses processos se tende a prolongar durante anos, as estimativas dos gestores de sinistros têm um impacto significativo sobre esta rubrica.

O Cálculo da provisão matemática de acidentes de trabalho incorpora diversos pressupostos, cuja eventual alteração poderia afetar significativamente os valores registados em balanço.

Nota 18

Provisões Técnicas de Seguro Direto

Provisões Técnicas	Montantes expressos em ECV	
	31-12-2012	31-12-2011
Provisões Matemática do Ramo Vida	0	0
Provisão para seguros e operações do ramo vida	67.442.739	69.333.306
Provisões para Prémios Não Adquiridos	150.233.611	148.679.215
Provisões para Riscos em Curso	0	17.574.866
Provisões para Sinistros		
De Vida	3.712.000	2.929.000
De Acidentes Trabalho	51.603.255	56.991.035
De Automóvel	309.904.280	318.519.931
De Outras Provisões	116.433.968	96.860.583

Provisões para Participação nos Resultados	1.246.265	3.503.269
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Desvios de Sinistralidade	0	0
	700.576.118	714.391.205

Nota 11

Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Provisões Técnicas	Montantes expressos em ECV	
	31-12-2012	31-12-2011
Provisões para Seguros e Outras do Ramo Vida	4.033.821	4.804.420
Provisões para Prémios Não Adquiridos	70.183.978	70.060.830
Provisões para Participação nos Resultados	0	0
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Sinistros - Acidentes de Trabalho	0	0
Provisões para Sinistros	105.148.980	107.693.155
Provisões - De outros Ramos	0	0
De Vida	0	0
	179.366.779	182.558.405

Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de cinco anos.

RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

	2012	2011
Investimentos		Montantes expressos em ECV
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos de participação sociais	29.297.958	34.486.436
Juros de obrigações	10.705.700	6.100.938
Caixa e equivalentes e depósitos bancários		
Juros de depósitos bancários	18.584.192	18.044.627
Terrenos e Edifícios	5.911.935	4.881.252
	64.499.785	63.513.253

JUROS DE DEPÓSITOS À PRAZO

	2012	2011
	Montantes expressos em ECV	Montantes expressos em ECV
CAIXA - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.	12.936.987	11.876.712,00
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, S.a.	5.647.205	3.609.590,00
	18.584.192	15.486.302,00

3.4. Alterações relevantes relativamente ao exercício anterior

Na preparação das demonstrações financeiras e na determinação dos ajustamentos de transição (Ano de 2010). A Companhia decidiu adotar certas regras de transição estabelecidas na IFRS 1, n que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva das IAS/IFRS, nomeadamente quanto ao justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no momento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em capital, estando classificados em ativos disponíveis para venda.

Os montantes de ajustamentos de transição ocorreram no exercício de 2011, não se tendo efetuado qualquer correção em 2012 sobre esta matéria, ou seja, as políticas contabilísticas têm sido consistentes.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

Os investimentos relativos à componente de depósitos de contratos de seguro e a contratos de seguros e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, no âmbito da IFRS 4, são classificados como contratos de investimento, a Companhia vinha classificando os contratos de poupança reforma e impar investimento na classe 4 como prémios por cobrar. Neste exercício devido a chamada de atenção feita pelo Banco de Cabo Verde, numa das inspeções feitas à Companhia, neste exercício de 2012 procedeu a alteração da codificação, passando os movimentos dos prémios por cobrar – conta 400800131 e 400800132 para a conta 2300020 – ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação – aplicados em Títulos dívida pública – Obrigações – Outros emissores públicos, no montante do saldo de ECV 57.500,00.

4.1.1. Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem riscos seguros. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

	2012	2011
Investimentos		Montantes expressos em ECV
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos de participação sociais	29.297.958	34.486.436
Juros de obrigações	10.705.700	6.100.938

Caixa e equivalentes e depósitos bancários

Juros de depósitos bancários

18.584.192

18.044.627

Terrenos e Edifícios

5.911.935

4.881.252

64.499.785

63.513.253

Prêmios

Os prêmios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro cedido são registrados respectivamente como rendimentos e gastos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prêmios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

PRÊMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

	Montantes expressos em Ecv	
	2012	2011
Prêmios brutos emitidos de seguro direto	837.808.066	795.937.449
Relativos a contratos individuais	761.326.616	788.868.077
Relativos a contratos de grupo	76.481.450	7.069.372
Periódicos	305.767.249	232.168.032
Não periódicos	532.9040.817	563.769.417
De contrato sem participação nos resultados	806.709.882	760.807.270
De contrato com participação nos resultados	31.098.184	35.130.179
Prêmios brutos emitidos de Resseguro Aceite		0
Saldo do resseguro	0	0
Total	2.513.424.198	2.387.812.347

Provisão para prêmios não adquiridos

A provisão para prêmios não adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com o Aviso nº 5/2010 de 28 de Junho, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prêmios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor. A análise quantitativa da provisão para prêmios não adquiridos é abordada na nota 4.1.3.

2012

Montantes expressos em ECV

2011

Montantes expressos em ECV

Ramos Técnicos	Prémios emitidos brutos	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios emitidos brutos	Variação provisões prémios adquiridos de para não	Prémios adquiridos
Vida	52.715.525		52.715.525	51.095.168		51.095.168
Acidentes e doença						
Acidentes de Trabalho	67.719.659	-30.268	67.689.391	69.359.966	7.514.256	76.874.222
Acidentes pessoais e doença	36.752.219	-2.244.285	34.507.934	46.347.511	3.077.274	49.424.785
Incêndio e outros ramos	159.970.430	17.219.793	177.190.223	127.757.831	-25.110.700	102.647.131
Automóvel						
Responsabilidade civil	242.887.267	-2.818.169	240.069.098	244.658.322	50.911.928	295.570.250
Outras coberturas	104.015.634	-1.985.335	102.030.299	95.569.681	0	95.569.681
Transportes						
Marítimo Cascos	29.026.677	-3.437.284	25.589.393	40.765.134	-1.018.962	39.746.172
Transporte Mercadoria	71.247.133	308.238	71.555.371	63.705.051	-2.668.629	61.036.422
Responsabilidade Civil Geral	55.200.211	-9.951.804	45.248.407	47.818.249	15.883.509	63.701.758
Diversos	18.273.311	4.539.196	22.812.507	8.860.536	-800.000	8.060.536
Total	837.808.066	1.600.082	839.408.148	795.937.449	47.788.676	843.726.125

Custo de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são especializados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma nº 5/2010 do Banco de Cabo Verde, o deferimento destes custos está limitado a 18% da provisão para prémios não adquiridos. A análise quantitativa dos custos de aquisição diferidos é abordada no quadro respetivo.

Outras provisões técnicas

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas estão detalhadas na Nota deste Anexo.

4.1.2 Provisões técnicas e variação nas provisões

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido, sem dedução dos montantes recuperáveis de sinistros apresentam a seguinte composição:

Provisões Técnicas de Seguro Direto

Provisões Técnicas	Montantes expressos em ECV	
	31-12-2012	31-12-2011
Provisões Matemática do Ramo Vida	0	0
Provisão para seguros e operações do ramo vida	67.442.739	69.333.306
Provisões para Prémios Não Adquiridos	150.233.611	148.679.215
Provisões para Riscos em Curso	0	17.574.866
Provisões para Sinistros		
De Vida	3.712.000	2.929.000
De Acidentes Trabalho	51.603.255	56.991.035
De Automóvel	309.904.280	318.519.931
De Outras Provisões	116.433.968	96.860.583

Provisões para Participação nos Resultados	1.246.265	3.503.269
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Desvios de Sinistralidade	0	0
	700.576.118	714.391.205

Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Provisões Técnicas	Montantes expressos em ECV	
	31-12-2012	31-12-2011
Provisões para Seguros e Outras do Ramo Vida	4.033.821	4.804.420
Provisões para Prémios Não Adquiridos	70.183.978	70.060.830
Provisões para Participação nos Resultados	0	0
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Sinistros - Acidentes de Trabalho	0	0
Provisões para Sinistros	105.148.980	107.693.155
Provisões - De outros Ramos	0	0
De Vida	0	0
	179.366.779	182.558.405

As provisões técnicas de seguro direto registaram um decréscimo de 2% entre 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, refletindo o crescimento do negócio, e a política prudente de provisionamento da Companhia. No mesmo período, as provisões técnicas líquidas de resseguro registaram consequentemente um decréscimo de 2%.

O quadro seguinte detalha as variações nas provisões técnica, em 2012 e 2011:

VARIAÇÕES NAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2012		Montantes expressos em ECV
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Variação da provisão para prémios não adquiridos	1.600.082	0	1.600.082
Variação da provisão para sinistros	-8.977.024	4.977.828	-13.954.852
Variação da provisão para riscos em curso	-17.574.866	0	-17.574.866
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	0	0	0

Montantes expressos em ECV

VARIAÇÕES NAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2011		Montantes expressos em ECV
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Variação da provisão para prémios não adquiridos	-32.375.303	11.453.846	-43.829.149
Variação da provisão para sinistros	47.788.676	25.146.004	22.642.672
Variação da provisão para riscos em curso	17.574.865	0	17.574.865
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	0	0	0

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - 2012

RAMOS TÉCNICOS	2012				
	Montants expressos em ECV				
	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Variação de provisão para sinistros	Variação de provisão para riscos em curso	Variação de Provisão para desvios de sinistralidade	Total das variações das Provisões Técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes de Trabalho	-30.268	-3.194.346	0	0	-3.224.614
Acidentes pessoais e doença	-2.244.285	-2.872.162	0	0	-5.116.447
Incêndio e outros ramos	17.219.793	-3.354.024	0	0	13.865.769
Automóvel					
Responsabilidade civil	-2.818.169	12.398.637	0	0	9.580.468
Outras coberturas	-1.985.335	4.588.155	0	0	2.602.820
Transportes					
Marítimo Cascos	-3.437.284	11.137.286	0	0	7.700.002
Transporte Mercadoria	308.238	-18.117.347	0	0	-17.809.109
Responsabilidade Civil Geral	-9.951.804	-9.563.223	0	0	-19.515.027
Diversos	4.539.196	0	0	0	4.539.196
Total	1.600.082	-8.977.024	0	0	-7.376.942

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - 2011

Ramos Técnicos	2011				
	Montants expressos em ECV				
	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Variação de provisão para sinistros	Variação de provisão para riscos em curso	Variação de Provisão para desvios de sinistralidade	Total das variações das Provisões Técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes de Trabalho	-51.930	7.514.256	0	0	7.462.326
Acidentes pessoais e doença	-310.722	3.077.274	0	0	2.766.552
Incêndio e outros ramos	14.629.143	-25.110.700	0	0	-10.481.557
Automóvel					
Responsabilidade civil	-10.126.184	50.911.928	0	0	40.785.744
Outras coberturas	-6.268.996	0	17.574.866	0	11.305.870
Transportes					
Marítimo Cascos	-466.510	-1.018.962	0	0	-1.485.472
Transporte Mercadoria	-6.529.853	-2.668.629	0	0	-9.198.482
Responsabilidade Civil Geral	-20.039.541	15.883.509	0	0	-4.156.032
Diversos	-3.210.710	-800.000	0	0	-4.010.710
Total	-32.375.303	47.788.676	17.574.866	0	32.988.239

Refira-se que a variação da provisão para sinistros não coincide com a diferença entre os valores das provisões para sinistros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, devido ao facto de a variação da provisão para sinistros também afetada: (i) pela dedução dos montantes recuperáveis relativos a reembolsos a emitir, e (ii) pela variação das responsabilidades futuras estimadas, relativas a entregas a efetuar ao INPS para o Fundo de Acidentes de Trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as provisões técnicas de seguro direto líquidas de custos de aquisição, apresentam a seguinte composição, por ramos técnicos:

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS, DA VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS E DOS PRÉMIOS ADQUIRIDOS

2012				2011		
Ramos Técnicos	Prémios brutos emitidos	Montantes expressos em ECV		Prémios brutos emitidos	Montantes expressos em ECV	
		Variação de provisões para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos		Variação de provisões para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Vida	52.715.525		52.715.525	51.095.168		51.095.168
Acidentes e doença						
Acidentes de Trabalho	67.719.659	-30.268	67.689.391	69.359.966	7.514.256	76.874.222
Acidentes pessoais e doença	36.752.219	-2.244.285	34.507.934	46.347.511	3.077.274	49.424.785
Incêndio e outros ramos	159.970.430	17.219.793	177.190.223	127.757.831	-25.110.700	102.647.131
Automóvel						
Responsabilidade civil	242.887.267	-2.818.169	240.069.098	244.658.322	50.911.928	295.570.250
Outras coberturas	104.015.634	-1.985.335	102.030.299	95.569.681	0	95.569.681
Transportes						
Marítimo Cascos	29.026.677	-3.437.284	25.589.393	40.765.134	-1.018.962	39.746.172
Transporte Mercadoria	71.247.133	308.238	71.555.371	63.705.051	-2.668.629	61.036.422
Responsabilidade Civil Geral	55.200.211	-9.951.804	45.248.407	47.818.249	15.883.509	63.701.758
Diversos	18.273.311	4.539.196	22.812.507	8.860.536	-800.000	8.060.536
Total	837.808.066	1.600.082	839.408.148	795.937.449	47.788.676	843.726.125

Provisões para sinistros de acidentes de trabalho

No que se refere ao ramo acidentes de trabalho, a provisão para sinistros inclui as seguintes provisões:

PROVISÕES MATEMÁTICAS ACIDENTES DE TRABALHO 2012-2011

2012				2011			
Ramos Técnicos	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Liquido	Ramos Técnicos	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Liquido
Acidentes de Trabalho :				Acidentes de Trabalho :			
Provisão Matemática:				Provisão Matemática:			
Pensões homologadas	0	0	0	Pensões homologadas	0	0	0
Pensões definidas	20.349.667	0	20.349.667	Pensões definidas	20.997.396	0	20.997.396
Pensões presumíveis	6.910.498	0	6.910.498	Pensões presumíveis	4.040.971	0	4.040.971
Provisões para IBNR	10.863.177	0	10.863.177	Provisões para IBNR	16.925.193	0	16.925.193
	43.782.275	0	43.782.275		41.963.560	0	41.963.560

Provisão matemática

Esta provisão tem por objetivo registar as responsabilidades da Companhia com sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta de Saúde

ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões relativas a incapacidades permanentes, referentes a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante tabelas e fórmulas atuariais estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde.

Esta provisão destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões relativas a potenciais incapacidades permanentes, de sinistrados que se encontravam hospitalizados à data das demonstrações financeiras ou que nessa data apresentavam incapacidades temporárias parciais.

A provisão matemática é calculada com base na tabela de mortalidade PF 1946 -49 e com uma taxa de juro de 3,5% e uma carga de gestão e pagamento de 4%, suportada pela Portaria nº 110/78 de 31 de Dezembro. Contudo, para corrigir a desatualização da Tabela a Companhia tem adotado o critério de corrigir no final de cada ano, processo a processo, todos os cálculos de pensões por forma a suavizar a vetustez da Tabela, até que saia uma nova Portaria.

A 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica inclui: (i) O valor das provisões calculadas processo a processo, no montante 20.349.667 ECV; (ii) um montante de 16.522.110 ECV de Provisões para o IBNR e para pensões presumíveis uma verba de 6.910.498 ECV para revisões de pensões. No total, a provisão matemática em 31 de Dezembro de 2012, ascende a 43.782.275 ECV, enquanto em 31 de Dezembro de 2011, ascendia a 41.963.560 ECV.

Provisão para outras prestações e custos

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros a incorrer com indemnizações por salários perdidos, assistência ambulatoria e outras despesas hospitalares, referentes a sinistros do ramo acidentes de trabalho ocorridos no ano ou em anos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta provisão ascende a 24.343 ECV, enquanto em 31 de Dezembro de 2011, ascendia a 31.907 ECV.

Provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR)

Esta provisão destina-se a fazer face a indemnizações por salários perdidos dezembro de 2011, foi e encargos com assistência ambulatoria e hospitalar relativos a sinistros do ramo acidentes de trabalho ocorridos e não participados.

Provisão para custos de gestão de sinistros

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros com a gestão de sinistros ainda não encerrados à data de balanço.

d)- Efeitos de Alterações nos pressupostos sobre as provisões para sinistros

A alteração dos pressupostos de cálculo das provisões matemáticas em acidentes de trabalho, nomeadamente das tabelas de mortalidade e taxas de juro, teria um impacto significativo sobre o seu valor.

e) – Reajustamentos nas provisões nas provisões para sinistros em 2012

Os reajustamentos nas provisões para sinistros incidem com frequência nos ramos de acidentes de trabalho e automóvel. Nos restantes ramos, os reajustamentos são pouco significativos.

Natureza e gestão dos riscos específicos de seguros

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho ou de definição do preço do contrato.
- Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémio já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- Risco de subscrição : risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.
- Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídos venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas mais elevada.
- Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através de implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detetivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos Diretores de topo:

- Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarifação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efetuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e concentração de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de fatores de tarifação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-atuariais
- Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixado mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. A aceitação de condições de exceção/interditas compete à área de Subscrição sob a orientação do Diretor Técnico da área ou, em última análise, a Administração.
- Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Atuária Responsável.
- Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efetuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) a rápida prestação de assistência aos sinistrados; (iii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iv) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

- Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efetuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudo diversos pelo Gabinete Técnico e pela futura área Atuária responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de riscos e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Diversificação e concentração de riscos

Os riscos seguros pela Companhia estão diversificados de acordo com múltiplos critérios, incluindo:

- Uma gama diversificada de produtos, nos ramos de acidentes e doença, automóvel, patrimoniais, responsabilidade civil, e assistência;
- Um elevado peso de seguros de massa, no segmento de particulares, minimizando a exposição a grandes Clientes;
- Uma elevada dispersão geográfica no território nacional, com objetos e capitais seguros em todos os concelhos do país, e reduzida concentração nos grandes centros urbanos;
- E uma elevada dispersão de sectores económicos seguros, com regras de subscrição claramente definidas para cada um desses sectores, sempre que isso constitua um fator relevante na avaliação do risco.

A concentração de riscos seguros é ainda mitigada por um adequado programa de resseguro, consubstanciada em diversos tratados não proporcionais (Excess of Loss), que asseguram uma adequada proteção contra acumulações de riscos e eventos catastróficos.

A Companhia revê anualmente o seu programa de resseguro cedido, definido a combinação adequada de tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. Anualmente, são definidos os níveis de retenção adequados, para cada tipo de risco. O programa de resseguro de 2012 foi constituído pelos seguintes tratados:

Tipo de Tratado

Ramos

Excesso de Perdas (XL)	Acidentes de Trabalho
Excesso de Perdas (XL)	Acidentes Pessoais
Excesso de Perdas (XL)	Automóveis e RC Geral
Excedente	Patrimoniais
Excedente	Engenharia
Excesso de Perdas (CAT XL)	Patrimoniais e Engenharia
Quota-Parte	Patrim., Cascos, Transp. Mercadorias

Sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores

A abertura de processos de sinistro, por regra, é efetuada com base num custo médio, resultante de análises atuariais das bases de dados de sinistros históricos, por ano de ocorrência. O nível de provisionamento é acompanhado mensalmente, avaliando-se regularmente a sua adequação e suficiência, com recurso a modelos estocásticos de provisionamento.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto de a constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

Riscos financeiros e risco operacional

Para além do risco específico de seguros, as Companhias de Seguros estão expostas a uma diversidade de riscos através dos seus ativos e passivos financeiros, diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, incluindo, entre outros, os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional.

Perdas por imparidade de ativos

Instrumentos financeiros

Os métodos e os pressupostos utilizados na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos são os seguintes:

- Nos títulos de rendimento variável cotados, é utilizada a cotação de fecho efetuada no último dia de negociação do mês em causa;
- Nos títulos de rendimento variável não cotados é utilizado o valor contabilístico de aquisição do título;
- Nos títulos de rendimento fixo cotados, é utilizada a cotação de fecho desde que os títulos tenham sido transacionados nos últimos trinta dias;
- As ações, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento, estão valorizados de acordo com o princípio de valor atual.
- Os depósitos a prazo e à ordem estão valorizados ao custo de aquisição, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

O Anexo 1 apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações e instrumentos financeiros.

ANEXO 1

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Identificação dos títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de	Valor de
							Unitário (*)	Total
	I - Investimentos de Capital e Unidades de participação							
	1.1. Ações							
	CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l.	168.032	1.000,00	100%	1.880,34	315.947.287,86	2.679,40	450.224.135,76
	CVTELECOM, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	4.800,00	7.200.000,00	7.585,97	11.378.958,00
	ENACOL, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	2.100,00	3.150.000,00	3.150,00	4.725.000,00
	IMOPAR, S.a.r.l.	4.000	1.000,00	100%	1.000,00	4.000.000,00	1.000,00	4.000.000,00
	Sub- Total	175.032				330.297.287,86		470.328.093,76
	1.2. Títulos de participação							
	CABO VERDE FAST FERRY,LDA	5.000	1.000	100%	1.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00
	CABO VERDE FAST FERRY,LDA	10.000	1.000	100%	1.027,31	10.273.125,00	0,00	0,00
	Sub- Total	15.000	1.000	100%		15.273.125,00		0,00
	1.3. Unidades de participação de Fundos de Investimentos Mobiliário							
	Sub- Total	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.4. Unidades de participação de Fundos de Investimentos imobiliário							
	TECNICIL, S.A.R.L.	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
	Sub- Total	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
	1.5. Outros							
	SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	3.463	1.000		2.200,00	7.618.600,00	2.200,00	7.618.600,00

Sub- Total	3.463	1.000		2.200,00	7.618.600,00	2.200,00	7.618.600,00
2. Títulos da Dívida							
2.1. De Dívida Pública							
Obrigações							
CVOT120119A1 24-05-2012	650	10.000	100%	10.000,00	6.500.000,00	10.000,00	6.500.000,00
CVOT120119A1 19-01-2012	957	10.000	100%	10.000,00	9.570.000,00	10.000,00	9.570.000,00
	2.500	10.000	100%	10.000,00	25.000.000,00	10.000,00	25.000.000,00
	2.500	10.000	100%	10.000,00	25.000.000,00	10.000,00	25.000.000,00
Sub- Total	6.607			6.666,67	66.070.000,00	10.000,00	66.070.000,00
Obrigações							
Outros Títulos -	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	
	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	
2.2. De outros emissores públicos							
Obrigações							
OELE B 6,650% -2017 9.521 Obrigações	9.521	1.000	1	1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
	9.521	1.000		1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
Outros Títulos							
2.2. De outros emissores							
Outros Títulos							
Sub- Total							0,00
3. Estrangeiros							
Sub- Total							
Total geral ...					478.780.013		603.537.693,76

Os ativos são desreconhecidos quando : (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Companhia não desreconheceu ativos financeiros em 2012.

A Companhia não tem passivos financeiros valorizados ao justo valor.

Natureza e extensão dos riscos resultante de instrumentos financeiros

A natureza, extensão e gestão dos riscos de instrumentos financeiros encontra-se detalhada nas notas 5 e 7 deste Anexo, bem como a política e os procedimentos de gestão desses riscos.

Investimentos de Capital em unidades de participação

Em 31 de Dezembro de 2012, a composição desta rubrica de Investimentos em participadas encontra-se ilustrada no inventário de títulos e em unidades de participação.

A Companhia em 31 de Dezembro de 2012 a composição desta rubrica detém aplicações no montante de 477.946.694 ECV, sendo as participações, nos percentuais a seguir indicados: 11,3% na CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, SA; 1,5% na Cabo Verde Telecom, SA, 0,3% na ENACOL – Empresa Nacional de Combustível, SA, 1,59% na SITA, S.A. e, por último, 50% na IMPAR – Imobiliária e Participações, SA.

Estas participações sociais estão contabilizadas pelo seu custo de aquisição.

Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Companhia apresentava os seguintes saldos em caixa e em depósitos à ordem:

Nota 4

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM		
Montantes expressos em ECV		
	Ano 2012	Ano 2011
Caixa	3.250.231	7.933.862
Depósitos em Instituições de Crédito	43.695.349	82.418.369
	46.945.580	90.352.231

Terrenos e edifícios

A variação de caixa e seus equivalentes, no ano de 2012, foi negativa em caixa no montante de 4.683.631 ECV e também negativa em Depósitos à Ordem no montante de 38.723.020 ECV.

A Nota 4 apresenta a demonstração do fluxo de caixa, detalhando as entradas e saídas de caixa durante o exercício de 2012.

A Companhia na Nota 8 ilustra os investimentos em terrenos e edifícios efetuados.

No reconhecimento inicial do valor do edifício de uso próprio - Sede Social – espelha uma imparidade de 3.216.091 ECV.

Os investimentos em terrenos e edifícios de uso próprio, apresentam, em 31 de Dezembro de 2012, o montante bruto de 177.203.125 ECV, uma imparidade no montante de 3.216.091 ECV reconhecida em 2011, uma depreciação /amortização do exercício de 13.918.962,80 ECV e um valor líquido final de 160.068.072,20 ECV.

No que se refere aos investimentos de rendimento, apresentam, em 31 de Dezembro de 2012 o montante bruto de 221.364.560 ECV e uma Depreciação/Amortização de 8.800.269 ECV que não devia ter sido feita, ilustrando o montante final líquido de 212.564.290 ECV, o que perfaz no global (uso próprio e de rendimento) o montante de 372.632.362,66 ECV.

Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia regista o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16.

Ao nível da mensuração subsequente, estima-se a vida útil de cada ativo, durante o qual espera que fluam benefícios económicos, para a Companhia, e procede-se à depreciação sistemática dos ativos durante esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objetiva que o valor registado nos ativos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36, em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, considerando que este é o que melhor reflete o padrão esperado de obtenção dos benefícios económicos, dos seus ativos. Este método é aplicado consistentemente, a todas as classes de ativos.

O quadro seguinte detalha as rubricas de ativos tangíveis, e a sua movimentação no exercício de 2012.

IMPAP - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A. -

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (Exceto Terrenos e Edifícios)

	Inicial			Aumentos					Depreciações + Imparidade		
	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor Líquido	Aumentos /Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	36.104.797	30.219.677	5.885.120	922.830	0	0	0	115.805	6.692.145	1.728.759	4.963.386
Máquinas e Ferramentas	8.685.286	7.148.334	1.536.952	55.315	0	0	0	0	1.592.267	595.490	996.777
Equipamento Informático	33.101.149	30.458.464	2.642.685	16.456.547	14.100	0	0	0	19.085.132	5.005.850	14.079.282
Instalações Interiores	3.455.712	1.807.364	1.648.348	135.752	0	0	0	0	1.784.100	309.958	1.474.142
Material de Transporte	43.897.750	23.857.750	20.040.000	9.300.182	0	3.191.667	0	0	26.148.515	4.776.420	21.372.095
Outros Equipamentos	1.064.349	515.306	549.043	131.334	0	12.825	0	12.825	654.727	145.476	509.251
Património Artístico	1.478.674	1.063.648	415.026	72.496	0	0	0	0	487.522	233.235	254.287
Imobilizados em Curso		0	0	0	0	0	0	0		0	0
TOTAL	127.787.717	95.070.543	32.717.174	27.074.456	14.100	3.204.492	0	128.630	56.444.408	12.795.188	43.649.220

As amortizações do exercício de ativos tangíveis, em 2012 e 2011, encontram-se imputadas aos elementos da conta de Custos de Gestão de sinistros imputados.

Afetação dos investimentos e outros ativos

Em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de investimentos e outros ativos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

	Seguros de vida com participação nos resultados		Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	0	0	0	0	46.945.580	46.945.580
Terrenos e Edifícios	0	0	0	395.351.595	0	395.351.595
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	477.946.694	0	477.946.694
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	350.000.000	0	350.000.000
Investimentos a deter até à maturidade	125.591.000	0	0	0	0	125.591.000
Outros ativos tangíveis	0	0	0	0	46.636.367,14	46.636.367,14
Outros ativos	0	0	0	0	0	0
Total	125.591.000	0	0	1.223.298.289	93.581.947	1.442.471.235,53

Ativos intangíveis

A Companhia registou nas suas conta de 2012 na remodelação da sua rede informática, o montante de ativos intangíveis relacionados com despesas de desenvolvimento informático e com aplicações informáticas.

Ativos Intangíveis

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Despesas de Desenvolvimento	2.843.184,00	0,00	2.843.184,00
Despesas com aplicações informáticas	12.601.302,00	0,00	12.601.302,00
	15.444.486,00	0,00	15.444.486,00

Devedores por outras operações de seguro e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Composição desta rubrica é a seguinte:

Ajustamentos de recibos por cobrar

A análise de incobrabilidade dos recibos por cobrar, reflete os princípios relativos ao reconhecimento e mensuração da imparidade e incobrabilidade dos ativos financeiros, conforme a IAS 39.

A Companhia avaliou a existência objetiva em base individual para todos os recibos emitidos, entendendo-se como base individual, o conjunto de todos os recibos emitidos e não pagos, (i) em nome do mesmo Tomador de Seguro, ou (ii) em nome de entidades integrantes do mesmo grupo económico, no caso, de haver um acordo de gestão da carteira de seguros entre esse grupo económico e a Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de recibos por cobrar, ilustrava um valor total de 95.554.135 ECV, tendo sido cobrado nos primeiros dois meses de 2012 cerca de 53.000 contos. Foi reconhecido a provisão, ou seja, ajustamento por prémios por cobrar no valor de 23.925 contos.

Em resumo, a rubrica de prémios por cobrar apresenta em 31 de Dezembro de 2012, o valor líquido de 71.629 contos se tivermos em consideração o montante já cobrado nos primeiros meses de 2013, o saldo situa-se em 18.629 contos.

Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2012 os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa respeitam a um saldo corrente de Tomadores de Seguro, no montante de 18.531 contos. Essa dívida no mesmo montante encontra-se totalmente ajustado e reconhecido.

OUTROS DEVEDORES CREDITORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Montantes expressos em ECV		
	2012	2011
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		
Recibos por cobrar	95.554.135	53.542.789
Tomadores de seguro	12.270.232	18.334.932
Reembolsos de Sinistros	12.393.926	0
Outros Devedores		2.533.332
	120.218.293	74.411.053
Reembolso Fundo Acidentes de Trabalho	0	0
Contas a receber por operações de resseguro e co-seguro		
Por operações de co-seguro	0	0
Por operações de resseguro	2.328.402	2.924.932

	2.328.402	2.924.932
Contas a receber por outras operações		
Saldos a receber do INPS	0	0
Outras entidades	3.032.342	2.117.183
Outros devedores	22.447.241	120.953.026
Total	25.479.583	123.070.209
Ajustamentos de recibos por cobrar	-23.925.514	-47.757.135
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-18.531.175	-18.671.900
Ajustamentos para riscos e encargos	-12.832.170	-12.832.170
	-55.288.859	-79.261.205
	37.448.560	41.883.785

Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012, a composição desta rubrica é a seguinte:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

	2012	Montantes expressos em ECV 2011
Ativo:		
Juros a receber - De Depósitos	8.785.560	8.876.712
Rendas e alugueres	604.125	378.346
Títulos de Rendimentos Fixos - De Outros Emissores	458.387	1.403.637
Custos diferidos - Publicidade e Propaganda	0	3.444.000
	9.848.072	14.102.695
Passivo:		
Estimativa para férias e subsídio de férias (Nota)	5.324.692	5.689.947
Outros Acréscimos de custos	14.610.790	2.064.623
	19.935.482	7.754.570

Activos e passivos por impostos

A 31 de Dezembro de 2012, a composição desta rubrica é a seguinte:

ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

	2012	Montantes expressos em ECV 2011
ACTIVO :		
Activos por impostos correntes:		
IUR - Retenções efectuadas a trabalhadores -dependentes	9.003.948	10.568.846
IUR - Retenções efectuadas a trabalhadores - independentes	2.251.084	2.662.432
Impostos de Selo		
- De Apólice	28.616.742	26.135.597

- De recibo	127.240	165.945
IUR - Pagamento especial por conta- Liquidação Provisória	7.943.754	11.531.600
	47.942.768	51.064.420
Activos por Impostos diferidos:		
De activos financeiros	0	0
De amortizações de activos financeiros	0	0
De reporte de prejuizos	0	0
	0	0
PASSIVO:		
Passivos por impostos e taxas correntes:		
IUR - taxa Incêndio Municipal e imposto do exercício	28.472.218	40.321.041
Retenções de IUR efetuadas a Trabalhadores	12.614.825	15.895.710
Imposto do Selo		0
Taxa para o Banco de Cabo Verde	5.450.604	7.207.188
Fundo Garantia Automóvel	5.615.633	4.420.666
	52.153.280	67.844.605
Passivos por impostos diferidos:		
De ativos financeiros	26.649.685	34.079.040
	26.649.685	34.079.040

A Lei de Bases da Proteção Social que regulamenta o regime da previdência social dos trabalhadores por conta de outrem, estipula um fundo que é constituído por contribuições efetuadas pelas Seguradoras e pelos próprios segurados

Prémios de contratos de seguro

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício, e incluem ainda uma estimativa dos acertos de prémios variáveis nas apólices de acidentes de trabalho, a emitir apenas no primeiro trimestre do ano seguinte.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Os prémios adquiridos de seguro direto são determinados como a diferença entre os prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos, em 2012 e 2011:

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS, DA VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS E DOS PRÉMIOS ADQUIRIDOS						
2012				2011		
Montantes expressos em ECV				Montantes expressos em ECV		
Ramos Técnicos	Prémios brutos emitidos	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Vida	52.715.525		52.715.525	51.095.168		51.095.168
Acidentes e doença						

Acidentes de Trabalho	67.719.659	-30.268	67.689.391	69.359.966	7.514.256	76.874.222
Acidentes pessoais e doença	36.752.219	-2.244.285	34.507.934	46.347.511	3.077.274	49.424.785
Incêndio e outros ramos	159.970.430	17.219.793	177.190.223	127.757.831	-25.110.700	102.647.131
Automóvel						
Responsabilidade civil	242.887.267	-2.818.169	240.069.098	244.658.322	50.911.928	295.570.250
Outras coberturas	104.015.634	-1.985.335	102.030.299	95.569.681	0	95.569.681
Transportes						
Marítimo Cascos	29.026.677	-3.437.284	25.589.393	40.765.134	-1.018.962	39.746.172
Transporte Mercadoria	71.247.133	308.238	71.555.371	63.705.051	-2.668.629	61.036.422
Responsabilidade Civil Geral	55.200.211	-9.951.804	45.248.407	47.818.249	15.883.509	63.701.758
Diversos	18.273.311	4.539.196	22.812.507	8.860.536	-800.000	8.060.536
Total	837.808.066	1.600.082	839.408.148	795.937.449	47.788.676	843.726.125

Os prémios de resseguro cedido são determinados a partir dos prémios brutos emitidos, através da aplicação das taxas de cadência previamente contratadas nos tratados de resseguro e acordadas nos resseguros facultativos. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através do *método prorata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido da respetiva comissão de resseguro. Os prémios adquiridos de resseguro direto são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

A Companhia não tem prémios de resseguro aceite.

Rendimentos / réditos de investimentos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados com disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), estes são reconhecidos quando recibos. As bases de mensuração dos investimentos financeiros estão detalhados na nota 8 deste anexo.

Os rendimentos obtidos pela Companhia, durante os exercícios de 2012 e 2011, são os seguintes:

Os dividendos recebidos em 2012 e em 2011 respeitam integralmente à participação social da Companhia na CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., CV TELECOM, S.A. e ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.. Os juros contabilizados respeitam aos títulos de dívida pública e outros emissores (Obrigações) e a juros de depósitos bancários.

Os depósitos a prazo existentes em 31 de Dezembro de 2012 rendem juros em diversas instituições bancárias, nomeadamente da CAIXA e do BCN – Banco Cabo-verdiano de Negócios, S.A., evidenciam-se durante o mês de Janeiro, Fevereiro, Março de 2012 e Agosto, conforme o seguinte mapa:

Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Companhia registou os seguintes ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda:

RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

	2012	2011
<u>Investimentos</u>		<u>Montantes expressos em ECV</u>

Ativos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos de participação sociais	29.297.958	34.486.436
Juros de obrigações	10.705.700	6.100.938
Caixa e equivalentes e depósitos bancários		
Juros de depósitos bancários	18.584.192	18.044.627
Terrenos e Edifícios	5.911.935	4.881.252
	<u>64.499.785</u>	<u>63.513.253</u>

Os ganhos de 29.297.958 ECV registados em 2012, respeitam aos dividendos pagos pela CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., CABO VERDE TELECOM, SA e ENACOL- Empresa Nacional de Combustíveis, SA. Os ganhos verificados nas obrigações ascendem a data de 31 de Dezembro de 2012 em 10.705.700 CV. Os ganhos realizados em 2011 no âmbito dos dividendos foram de 34.486.436 ECV. Os rendimentos ou ganhos de Obrigações e outros títulos ascendem a 6.100.938 ECV.

Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

A Companhia nas datas de 31 de Dezembro de 2012, 2011, registou na reserva de reavaliação o montante de 168.365.818,61 ECV e de 206.332.658 ECV, respetivamente, referentes às mais e menos valias não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda.

MAIS E MENOS VALIAS LÍQUIDAS NÃO REALIZADAS DE ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Montantes expressos em ECV			
2012			
Valias não realizadas de investimentos	Mais -valias	Menos-valias	Valor líquido
Afectos à representação das provisões técnicas	1.321.000	39.287.840	-37.966.840
Não afectos	0	0	0
	<u>1.321.000</u>	<u>39.287.840</u>	<u>-37.966.840</u>
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar			<u>168.365.819</u>

Montantes expressos em ECV			
2.011			
Valias não realizadas de investimentos	Mais -valias	Menos-valias	Valor líquido
Afetos à representação das provisões técnicas	122.252.335	3.126.091	119.126.244
Não afetos	0	0	0
	<u>122.252.335</u>	<u>3.126.091</u>	<u>119.126.244</u>
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar			<u>206.332.659</u>

20. Custos de Financiamento

A Companhia financia a sua atividade essencialmente através de capitais próprios, os quais totalizam 920.052.867,31 ECV à data de 31 de Dezembro de 2012. O capital social ascende a 400.000.000 ECV,

representado por 400.000 ações, com um valor nominal de 1.000Ecv por ação. Durante o ano de 2012, e relativamente ao exercício de 2011, a Companhia pagou um dividendo por ação de 200ECV, a que corresponde um valor total de dividendos pagos de 80.000.000ECV. A Companhia irá propor à Assembleia Geral aquando da aprovação de contas, o pagamento de um dividendo por ação, no montante de 200 ECV, relativo ao exercício de 2011, e que corresponde ao montante similar distribuído no exercício precedente, ou seja, de 80.000.000 ECV.

21. Gastos diversos por função e natureza

No final dos exercícios de 2012 e de 2011, os gastos por funções discriminam-se da seguinte forma:

GASTOS COM PESSOAL POR NATUREZA		Montantes expressos em ECV	
	2012	2011	
Custos com pessoal (Nota 22)	<u>115.699.887</u>	<u>117.550.234</u>	
Gastos com fornecimentos e serviços externos			
Trabalhos especializados	5.288.675	4.779.354	
Rendas e aluguer	5.213.002	4.420.000	
Comunicações	6.908.470	6.804.267	
Conservação e reparação	2.165.278	2.592.827	
Publicidade e propaganda	19.553.006	12.741.914	
Deslocações estadas e despesas representação	3.028.073	3.668.255	
Material de Escritório	2.979.400	3.456.691	
Quotizações	105.900	277.500	
Seguros	407.048	993.443	
Contencioso e notariado	467.282	416.585	
Outros	<u>21.698.994</u>	<u>19.918.394</u>	
	<u>67.815.128</u>	<u>60.069.230</u>	
Gastos com impostos e taxas	<u>16.913.801</u>	<u>13.529.480</u>	
Gastos com amortizações de exercícios			
Ativos intangíveis	15.444.486	0	
Ativo tangíveis	<u>154.746.368</u>	<u>137.345.686</u>	
Juros de depósitos de resseguradores	<u>0</u>	<u>0</u>	
Comissões de Administração de valores	<u>0</u>	<u>0</u>	
	<u>254.919.783</u>	<u>210.944.396</u>	

Os custos de aquisição incluem montantes respeitantes a remunerações de mediação de seguros, nos montantes de 12.532.747 ECV em 2012, e 18.172.337 ECV em 2011.

O remanescente dos gastos por funções resulta da imputação de gastos por natureza, que apresentam a seguinte composição, nos exercícios de 2011 e 2010:

22. Gastos com o pessoal

No final dos exercícios de 2012 e 2011 a Companhia tinha, respetivamente, 65 e 62 Colaboradores ao seu serviço, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

MONTANTE DAS DESPESAS COM O PESSOAL COMPARADAS COM PERÍODO HOMÓLOGO :

	Montantes expressos em ECV		
	31-Dez-12	31-Dez-11	%
Despesas com o Pessoal			
Remunerações			
- Dos Órgãos Sociais	9.569.136	9.569.136	100%
- do Pessoal	49.612.549	49.730.935	100%
Prémio de Produção - Administradores Executivos	6.791.384	6.650.436	98%
Remunerações Adicionais			
- Subsídios Férias - Administradores Executivos	548.428	587.000	107%
- Subsídios Férias - Pessoal	4.139.444	4.646.734	112%
- Subsídios Natal - Administradores Executivos	797.428	797.428	100%
- Subsídios Natal - Pessoal	4.325.507	4.174.403	97%
- Ajudas de Custo - Administradores Executivos	588.760	801.115	136%
- Ajudas de Custo - Pessoal	1.368.596	998.535	73%
- Prémios de Produção	4.010.764	3.729.074	93%
- Outros	6.659.417	7.251.082	109%
Encargos sobre Remunerações			
- INPS Órgãos Sociais	919.168	842.996	92%
- INPS do Pessoal	10.335.959	10.211.016	99%
Seguros Obrigatórios	3.501.660	2.937.810	84%
Custos acção Social *	8.693.794	12.709.376	146%
Outros Custos com Pessoal			
- Formação	1.936.263	890.891	46%
- Outros	1.901.630	1.022.267	54%
TOTAL	115.699.887	117.550.234	102%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Montantes expressos em ECV		
	31-Dez-12	31-Dez-11	%
Fornecimentos e serviços externos			
Electricidade	5.406.270	4.651.648	86%
Combustíveis	2.010.080	1.668.833	83%
Água	986.886	709.182	72%
Impressos	1.154.735	1.173.065	102%
Material de Escritório	2.979.400	3.456.691	116%
Artigos para Oferta	280.585	787.451	281%
Consevação e Reparação	2.165.278	2.592.827	120%
Rendas e Alugueres	5.213.002	4.420.000	85%
Despesas de Representação	147.260	161.294	110%
Comunicação	6.908.470	6.804.267	98%
Deslocações e Estadias	3.028.073	3.668.255	121%
Seguros	407.048	993.443	244%

Avenças e Honorários	1.124.296	1.104.957	98%
Outros	718.146	1.000.934	139%
Publicidade e Propaganda	19.553.006	12.741.914	65%
Limpeza, Higiene e Conforto	1.009.299	895.201	89%
Contencioso e Notariado	467.282	416.585	89%
Vigilância e Segurança	5.288.675	4.779.354	90%
Trabalhos Especializados	1.863.000	2.969.512	159%
Quotizações (da Atividade)	105.900	277.500	262%
Custos com cobrança de Prémios	6.061.023	3.562.975	59%
Participações em Feiras	118.150	342.401	290%
Outros fornecimentos e Serviços Externos	683.110	774.511	113%
Despesas de Copa	136.154	116.430	86%
TOTAL	67.815.128	60.069.230	89%

IMPOSTOS E TAXAS

Montantes expressos em ECV

	31-Dez-12	31-Dez-11	%
Impostos e Taxas			
Taxa para Autoridade de Controlo - BCV	4.382.497	5.880.218	134%
Fundo Garantia Automóvel - BCV	5.615.633	4.420.666	79%
Outros	6.915.671	3.228.596	47%
TOTAL	16.913.801	13.529.480	80%

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Montantes expressos em ECV

	31-Dez-12	31-Dez-11	%
Depreciações e Amortizações do Exercício			
De Terrenos e Edifícios de Uso Próprio	5.867.595	7.088.126	121%
De Terrenos e Edifícios de Rendimento	0	8.800.268	#DIV/0!
De Equipamentos Administrativo	1.728.759	1.659.950	96%
De Máquinas e Ferramentas	595.490	1.202.318	202%
De Equipamentos Informáticos	5.005.850	1.622.828	32%
De Instalações Interiores	309.958	307.151	99%
De Material de Transportes	4.776.420	4.048.272	85%
De Objetos e Obras de Arte	233.235	218.736	94%
De Outros Equipamentos	145.476	142.167	98%
TOTAL	18.662.783	25.089.816	134%

O quadro seguinte evidencia a imputação dos gastos por natureza, aos gastos por função, nos anos de 2012 e 2011:

GASTOS POR FUNÇÕES

2012

2011

	Conta técnica - Vida	Conta não técnica - não Vida	Conta técnica - Vida	Conta técnica - não Vida
Custos de aquisição	4.734.386	72.498.669	4.744.846	69.168.224
Custos Administrativos	3.156.258	48.332.446	3.163.231	46.112.149
Custos gestão dos investimentos	789.064	12.083.111	790.808	11.528.037
Custos com sinistros	7.101.579	108.748.003	7.140.003	103.729.602
	<u>15.781.288</u>	<u>241.662.229</u>	<u>15.838.887</u>	<u>230.538.012</u>
TOTAL DOS CUSTOS POR NATUREZA		257.443.517		246.376.900

GASTOS COM PESSOAL POR NATUREZA

	Montantes expressos em ECV	
	2012	2011
Custos com pessoal (Nota 22)	115.699.887	117.550.234
Gastos com fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	5.288.675	4.779.354
Rendas e aluguer	5.213.002	4.420.000
Comunicações	6.908.470	6.804.267
Conservação e reparação	2.165.278	2.592.827
Publicidade e propaganda	19.553.006	12.741.914
Deslocações estadas e despesas representação	3.028.073	3.668.255
Material de Escritório	2.979.400	3.456.691
Quotizações	105.900	277.500
Seguros	407.048	993.443
Contencioso e notariado	467.282	416.585
Outros	21.698.994	19.918.394
	<u>67.815.128</u>	<u>60.069.230</u>
Gastos com impostos e taxas	16.913.801	13.529.480
Gastos com amortizações de exercícios		
Ativos intangíveis	15.444.486	0
Ativo tangíveis	154.746.368	137.345.686
Juros de depósitos de resseguradores	0	0
Comissões de Administração de valores	0	0
	<u>254.919.783</u>	<u>210.944.396</u>

23. Custos de Gestão de Sinistros Imputados

O Plano de contas prevê que os custos operacionais sejam imputados aos centros de custos seguintes:

- . Custos com sinistros
- . Custos de Aquisição
- . Custos Administrativos
- . Custos de Investimentos

Para essa imputação adotou-se critérios de imputação racional dos Custos por Natureza, sendo 45% para os Custos com sinistros; 30% para Custos de Aquisição; 20% para Custos Administrativos e 5% para os Custos de Investimentos.

Para afetar aos ramos Vida e Não Vida, baseou-se no percentual que cada ramo participou nos prêmios. Portanto, para o ramo Vida atribui-se-lhe o percentual de 6,13% e para o ramo não vida 93,87%.

CENTRO DE CUSTOS - CONTAS AS IMPUTAR
ANO DE 2012

	Custos com sinistros -45%		Custos de Aquisição -30%		Custos Administrativos -20%		Custos de Investimentos -5%		Gestão de Fundos de Pensões -0%		Total	
	Técnico Vida	Técnico Não-Vida	Técnico Vida	Técnico Não-Vida	Técnico Vida	Técnico Não-Vida	Técnico Vida	Técnico Não-Vida	Técnico Vida	Técnico Não-Vida	Técnico Vida	Técnico Não-Vida
Gastos com o Pessoal	3.191.581,38	48.873.367,77	2.127.720,92	32.582.245,18	1.418.480,61	21.721.496,79	354.620,15	5.430.374,20	0,00	0,00	7.092.403,07	108.607.483,91
		52.064.949,15		34.709.966,10		23.139.977,40		5.784.994,35		0,00		115.699.887,00
Fornecimentos e Serviços Externos	1.870.680,31	28.646.127,29	1.247.120,20	19.097.418,20	831.413,47	12.731.612,13	207.853,37	3.182.903,03	0,00	0,00	4.157.067,35	63.658.060,61
		30.516.807,60		20.344.538,40		13.563.025,60		3.390.756,40		0,00		67.815.128,00
Impostos	466.567,20	7.144.643,25	311.044,80	4.763.095,50	207.363,20	3.175.397,00	51.840,80	793.849,25	0,00	0,00	1.036.816,00	15.876.985,00
		7.611.210,45		5.074.140,30		3.382.760,20		845.690,05		0,00		16.913.801,00
Depreciações e Amortizações do Exercício	514.812,89	7.883.439,73	343.208,59	5.255.626,49	228.805,79	3.503.750,99	57.201,43	875.937,77	0,00	0,00	1.144.028,64	17.518.754,98
		8.398.252,62		5.598.835,08		3.732.556,72		933.139,20		0,00		18.662.783,62
Outras Provisões	1.057.937,63	16.200.425,01	705.291,75	10.800.283,34	470.194,50	7.200.188,89	117.548,63	1.800.047,22	0,00	0,00	2.350.972,51	36.000.944,44
		17.258.362,64		11.505.575,09		7.670.383,39		1.917.595,85		0,00		38.351.916,97
TOTAL	7.101.579,40	108.748.003,06	4.734.386,27	72.498.668,70	3.156.257,51	48.332.445,80	789.064,38	12.083.111,47	0,00	0,00	15.781.287,57	241.662.229,02

115.849.582,46

77.233.054,97

51.488.703,31

12.872.175,85

QUADRO RESUMO DOS CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

ANO 2011

	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total
	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida	
Totais dos Custos por Natureza Imputar									
Custos com o Pessoal	3.406.605,78	49.490.999,52	2.263.839,56	33.001.230,64	1.509.226,38	22.000.820,42	377.306,59	5.500.205,11	117.550.234,00
		52.897.605,30		35.265.070,20		23.510.046,80		5.877.511,70	
Fornecimentos e Serviços Externos	1.740.806,29	25.290.347,21	1.156.842,44	16.863.926,56	771.228,29	11.242.617,71	192.807,07	2.810.654,43	60.069.230,00
		27.031.153,50		18.020.769,00		12.013.846,00		3.003.461,50	
Impostos e Taxas	392.084,33	5.696.181,67	260.557,30	3.798.286,70	173.704,87	2.532.191,13	43.426,22	633.047,78	13.529.480,00
		6.088.266,00		4.058.844,00		2.705.896,00		676.474,00	
Depreciações e Amortizações do Exercício	727.102,88	10.563.314,50	483.191,88	7.043.753,03	322.127,92	4.695.835,36	80.531,98	1.173.958,84	25.089.816,39
		11.290.417,38		7.526.944,92		5.017.963,28		1.254.490,82	
Outras Provisões	873.403,28	12.688.759,39	580.414,94	8.461.026,84	386.943,29	5.640.684,56	96.735,82	1.410.171,14	30.138.139,25
		13.562.162,66		9.041.441,78		6.027.627,85		1.506.906,96	
TOTAL	7.140.002,55	103.729.602,29	4.744.846,13	69.168.223,76	3.163.230,75	46.112.149,18	790.807,69	11.528.037,29	246.376.899,64

**MATRIZ DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS
POR FUNÇÃO**

	2012				Montantes expressos em ECV
	custos com sinistros	Custos de Aquisição	Custos Administrativos	Custos com investimentos	Total
Gastos com pessoal	52.064.949	34.709.966	23.139.977	5.784.994	115.699.887
Fornecimentos e serviços externos	30.516.808	20.344.538	13.563.026	3.390.756	67.815.128
Impostos e taxas	7.611.210	5.074.140	3.382.760	845.690	16.913.801
Amortizações do exercício	8.398.253	5.598.835	3.732.557	933.139	18.662.784
Outras provisões	17.258.363	11.505.575	7.670.383	1.917.596	38.351.917
Juros suportados	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0
	<u>115.849.582</u>	<u>77.233.055</u>	<u>51.488.703</u>	<u>12.872.176</u>	<u>257.443.517</u>

**MATRIZ DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS
POR FUNÇÃO**

	2011				Montantes expressos em ECV
	custos com sinistros	Custos de Aquisição	Custos Administrativos	Custos com investimentos	Total
Gastos com pessoal	52.897.605	35.265.070	23.510.047	5.877.512	117.550.234
Fornecimentos e serviços externos	27.031.154	18.020.769	12.013.846	3.003.462	60.069.230
Impostos e taxas	6.088.266	4.058.844	2.705.896	676.474	13.529.480
Amortizações do exercício	11.290.417	7.526.945	5.017.963	1.254.491	25.089.816
Outras provisões	13.562.163	9.041.442	6.027.628	1.506.907	30.138.139
Juros suportados	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0
	<u>110.869.605</u>	<u>73.913.070</u>	<u>49.275.380</u>	<u>12.318.845</u>	<u>246.376.900</u>
	45%	30%	20%	5%	100%

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Para efeito de aplicação da IAS 19, o custo associado a planos de benefícios atribuídos aos Colaboradores deve ser reconhecido quando o respetivo benefício é auferido, isto é, à medida que o Colaborador vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e os ativos adquiridos para cobrir essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

O Fundo é financiado e alimentado anualmente pelo custo dos prémios relativos ao Seguro de Grupo de Saúde – Profissões Liberais -, no entanto anulado, por falta de Resseguro, de que beneficiavam os Administradores Executivos e todos os trabalhadores da Companhia.

O valor dos prémios para financiamento / alimentação do Fundo será atualizado em função da evolução do quadro de pessoal da Companhia e da inflação registada no País. Os saldos positivos ou negativos de gestão do Fundo em cada anuidade transitam para o ano seguinte, reforçando ou reduzindo as suas disponibilidades financeiras.

Note-se que o gasto, para efeito da IAS 19, não corresponde necessariamente ao valor que a Companhia entrega anualmente ao fundo FEPS – Fundo Especial de Promoção da Saúde dos Trabalhadores, é antes dado em função dos resultados obtidos.

As características da população dos participantes são as seguintes:

BENEFÍCIOS		
No activo	Montante expresso em eCV	
	2012	2011
Número de participantes	65	61
Idade média	36	34,95
Antiguidade média na atividade seguradora	6,56	9
Saldo médio anual (ECV)	69.161	76.161

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões.

24. Imposto sobre o rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do IUR – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IUR, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2012 e 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e taxa de incêndio Municipal de cerca de 25,5%, as quais correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao ano de 2010, no qual constou um ajustamento de 1.585.946 ECV às declarações entregues em exercício anterior. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos venham a ter um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

A 31 de Dezembro de 2012, a Companhia apresenta uma estimativa de gasto por impostos correntes no valor de 14.695.012,39 ECV, enquanto no ano anterior foi de 25.087.292 ECV.

No exercício de 2012, não existem ajustamentos no período de impostos correntes de períodos anteriores, conforme se verifica no quadro seguinte:

ESTIMATIVA DE IMPOSTOS	
	Montantes expressos em ECV
	2012
Estimativa de imposto 2012	25.494.294
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	11.531.600

Total de pagamentos efectuados em 2012	28.065.127
Valor a recuperar /pagar	2.570.833
Valor a recuperar (efectivo)	0
Excesso / (insuficiencia) de Imposto	2.570.833
Montantes expressos em ECV	
2011	
Estimativa de imposto 2011	38.800.348
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	14.190.508
Total de pagamentos efectuados em 2011	24.609.840
Valor a recuperar /pagar	1.585.946
Valor a recuperar (efectivo)	0
Excesso / (insuficiencia) de Imposto	1.585.946

25. Capital

O capital social encontra-se representado por 400.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1,000 ECV, integralmente subscritas e realizadas. A estrutura acionista da Companhia é a seguinte, em 31 de Zembro de 2012 e de 2011:

PARTICIPAÇÃO DOS ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS NO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

	2012	2011
	Montantes expressos em ECV	
JVC - Holding, SGPS	80.000.000	80.000.000
GEOCAPITAL, S.a.	80.000.000	80.000.000
SOCIEDADE COMERCIAL VASCONCELOS LOPES, Lda	80.000.000	80.000.000
ING - Investimentos e Gestão, S.a:	80.000.000	80.000.000
EMPREITEL FIGUEIREDO, Lda	18.551.600	18.000.000
Diversos Acionistas	61.448.400	62.000.000
	400.000.000	400.000.000

26. Capitais próprios e reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Cabo-verdiana, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimento disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de impostos diferidos.

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados. Exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Companhia fechou o exercício de 2012 com um montante de capitais próprios de 920.052.867,31 ECV, valor inferior ao registado em 2011, 929.756.412 ECV. Este decréscimo é explicado pelo ajustamento feito às ações da Caixa Económica de Cabo Verde que sofreram uma desvalorização na Bolsa de Valores, tendo passado de 3.150,00 para 2.700,00 em 2012 incidindo sobre a reserva de reavaliação, o qual reflete o impacto das valias não realizadas em investimentos financeiros e em outras reservas.

No final de 2012 os capitais próprios representam 2,30 vezes mais do que o capital social, quando no final de 2011 a taxa de cobertura era de 2,32.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuído aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação.

	Montantes expressos em ECV	
	2012	2011
Resultado líquido atribuível aos acionistas	80.000.000	80.000.000
Número médio ponderado das ações em circulação	400.000	388.640
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas	200	200
Resultado por ação / valor nominal	20%	20%

28. Dividendos por ação

Durante o exercício de 2012 a Companhia pagou dividendos aos acionistas no montante de 80.000.000 ECV, conforme distribuição dos resultados do ano de 2011 aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

O RAI - Resultado antes do Imposto, apurado em 2012, situa-se no valor de 122.958.307,70 ECV e o de 2011 foi de 167.302.229 ECV. O Conselho de Administração vai propor uma entrega de dividendos aos acionistas no montante igual ao do exercício anterior, ou seja, de 80.000.000 ECV, correspondendo a um dividendo de 200 ECV por ação.

A aplicação do resultado proposta pelo Conselho de Administração é a seguinte (conforme Relatório de Gestão): “O Resultado líquido do exercício é positivo em 108.263.295,31 ECV, propondo-se a transferência de 10.826.329,53 ECV para Reserva Legal; Para Reservas Livres 17.436.965,78 ECV e para o pagamento de dividendos aos Acionistas, o montante de 80.000.000 ECV, o que corresponde um dividendo de 200 ECV por ação”.

29. Transações entre partes relacionadas

A IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas – o objeto desta Norma é de assegurar que as demonstrações financeiras de uma entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção para a possibilidade de que a sua posição financeira e resultados possam ter sido afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos pendentes com tais partes.

A Companhia está inserida no Grupo financeiro com a CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., forma um bloco – Bancassurance -. A Companhia utiliza como canal de distribuição os balcões da CAIXA. A Companhia detém 11,3% do capital social da CAIXA.

Transações entre a Companhia, os Acionistas e a CAIXA

A Companhia comercializa produtos de seguros dos ramos não vida com o acionista Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda.

A Companhia mantém um protocolo com a CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, aproveitando os canais de distribuição desta, aliás, como acontece com as outras instituições bancárias. No exercício de 2011 foram emitidos e enviados recibos de prémios para serem cobrados nos seus balcões no montante de 16.585.704 ECV, dos quais 228.894 ECV foram anulados, tendo sido cobrados o montante 15.834.932 ECV.

A CAIXA é remunerada mediante taxas de cobrança pelos serviços de cobrança de recibos de prémios de seguros que presta a Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2012, os saldos em aberto de remunerações de cobrança a pagar à CAIXA, era nulo, em virtude de as comissões serem retiradas automaticamente, na base uma tabela estipulada para o efeito.

Remuneração dos órgãos sociais

Nos exercícios de 2012 e 2011, os encargos suportados com remunerações e outros benefícios a elementos dos órgãos sociais da Companhia apresentam a seguinte composição:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		
	Montantes expressos em ECV	
	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	18.295.136	18.405.115
Subsídios - De Natal e Férias	797.428	1.384.428
Prémios de produção	4.010.764	5.140.400
Encargos sobre remunerações	919.168	842.996
Encargo sobre viatura de Serviço	1.002.083	801.115
Combustível	148.014	200.260
Viagens de Serviço	523.679	2.534.950
Custo de comunicação particular	258.667	1.020.640
	<u>25.954.939</u>	<u>30.329.904</u>

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	2012	2011
	Montantes expressos em ECV	Montantes expressos em ECV
Remunerações de curto prazo		
Conselho de Administração :		
Corsino António Fortes (Presidente)	1.584.000	1.584.000
Luís Vasconcelos Lopes	4.817.136	4.817.136
Paulo Jorge Oliveira Lima	1.056.000	1.056.000
Joaquim Alberto Vieira Coimbra	1.056.000	1.056.000
Diogo Lacerda Machado	1.056.000	1.056.000
Fiscal Único	0	0
	<u>9.569.136</u>	<u>9.569.136</u>

Apenas dois dos membros do Conselho de Administração são executivos, sendo o Administrador Delegado – Dr. Luis Vasconcelos Lopes.

O órgão de fiscalização da Companhia é desempenhado por um Fiscal Único.

30. Demonstração de fluxos de caixa

Nos anos de 2012 e 2011, os fluxos de caixa foram os que a seguir se apresentam. No mapa, os valores positivos representam entradas de fluxos de caixa e os valores negativos representam saídas de fluxos de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro
de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

	Montantes expressos em ECV	
	31-Dez-12	31-Dez-11
	Valores	Valores
Método Direto		
<u>Atividades operacionais</u>		
Recebimentos de prémios	899.103.529,00	787.501.350,00
Recebimentos de reembolsos	5.418.485,00	7.764.112,00
Recebimentos de operações de co-seguro	0,00	0,00
Recebimentos de operações de resseguro	20.465.178,00	17.844.728,00
Pagamentos de sinistros	-257.500.884,00	-195.582.706,00
Pagamentos de comissões	-24.124.735,00	-14.482.719,00
Pagamentos de estornos	-32.613.050,00	-10.366.780,00
Pagamentos de operações de co-seguro	0,00	0,00
Pagamentos de operações de resseguro	-306.833.078,86	-262.972.629,00
Pagamentos a fornecedores	-75.323.132,00	-64.683.677,00
Pagamentos ao pessoal	-115.699.887,00	-92.919.518,00
Fluxo gerado pelas operações	112.892.425,14	172.102.161,00
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	28.472.218,15	39.207.439,00
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	0,00	3.944.974,00
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	141.364.643,29	215.254.574,00
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	1.304.076,62	940.184,08
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	6.600.197,00	-3.606.547,00
Fluxo das atividades operacionais (1)	149.268.916,91	212.588.211,08
<u>Atividades de investimento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	25.000.000,00	23.300.088,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Rendas de propriedades de investimento	5.911.935,00	4.881.252,00
Juros e proveitos similares	500.512,00	672.017,00
Dividendos	1.988.490,28	33.286.436,00
Pagamentos respeitantes a:		

Investimentos financeiros	40.575.114,00	50.000.000,00
Ativos tangíveis	43.384.083,00	5.138.962,00
Ativos intangíveis	15.444.486,00	0,00
Fluxo das atividades de investimento (2)	99.403.683,00	55.138.962,00
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prêmios de emissão	0,00	0,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Venda de ações (quotas) próprias	0,00	11.410.000,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
Dividendos	-79.035.000,00	-80.570.000,00
Reduções de capital e prestações similares	0,00	0,00
Aquisições de ações (quotas) próprias	0,00	0,00
Fluxo das atividades de financiamento (3)	79.035.000,00	91.980.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	89.992.162,17	-69.160.000,00
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	90.352.231,17	93.437.617,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	46.945.579,63	90.352.231,17

Em resultado das entradas e saídas de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa reduziu-se para 46.945.579,63 ECV em 2012 e de 90.352.231,17 ECV em 2011.

32. Passivos contingentes

Não se verificou ocorrências que justifiquem ser relatadas aqui.

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em notas anteriores.

Não se verificaram eventos após a data do balanço, que poderiam dar lugar a ajustamentos.

37. Outras informações

Com o objetivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2012, foram preparadas notas adicionais às obrigatórias, as quais se encontram detalhadas a seguir.

37.1. Representação das provisões técnicas

De acordo com a norma regulamentar do Banco de Cabo Verde, as Companhias de seguros devem assegurar a cobertura das provisões técnicas através de ativos afetos, os quais devem obedecer a regras de diversificação e dispersão prudenciais.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as provisões técnicas não deduzidas dos custos de aquisição diferidos e os ativos representativos dessas provisões técnicas, evidenciavam a seguinte situação:

ACTIVOS REPRESENTATIVOS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2012	2011
	Montantes expressos em ECV	
Provisões Técnicas	700.576.118	714.391.205
Ativos Representativos das Provisões Técnicas	1.442.471.235	1.421.920.528
Excessos de Representação	741.895.117	707.529.323
 Ativos Representativos / Provisões Técnicas	 206%	 194%

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.		ECV			Montantes expressos em
Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos- Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros	Custos com sinistros	
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	
Seguro directo					
Vida	32.946.617,00	3.191.581,38	28.428.473,70	64.566.672,08	
	32.946.617,00	3.191.581,38	28.428.473,70	64.566.672,08	
Não Vida					
Acidentes e doença	12.580.909,00	30.983.374,80	-6.066.508,00	37.497.775,80	
Incêndio e outros danos	33.601.699,00	16.200.425,01	-3.354.024,00	46.448.100,01	
Automóvel	160.309.982,00	48.873.367,77	16.986.792,00	226.170.141,77	
Transportes	14.415.756,00	8.941.377,36	-6.980.061,00	16.377.072,36	
Responsabilidade Civil Geral	3.426.124,00	7.144.643,25	-9.563.223,00	1.007.544,25	
Diversos	219.817,00	514.812,89	0,00	734.629,89	
Total Não Vida	224.554.287,00	112.658.001,08	-8.977.024,00	328.235.264,08	
Resseguro aceite					
Total geral	257.500.904,00	115.849.582,46	19.451.449,70	392.801.936,16	

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVOS A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES) -2012

Montantes expressos em

IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.		ECV		
Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/N	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3) + (2) - (1)
Vida	2.929.000,00	400.000,00	1.212.000,00	-1.317.000,00
Não Vida				
Acidentes e doença	42.477.273,00	8.219.739,00	20.050.932,00	-14.206.602,00
Incêndio e outros danos	54.570.153,00	28.352.798,00	39.010.208,00	12.792.853,00
Automóvel	184.160.987,00	60.229.223,00	40.941.439,00	-82.990.325,00
Transportes	38.502.477,00	8.969.849,00	1.654.512,00	-27.878.116,00
Responsabilidade Civil Geral	20.291.357,00	51.934,00	1.060.852,00	-19.178.571,00
Diversos	17.000,00	219.817,00	0,00	202.817,00
Total	340.019.247,00	106.043.360,00	102.717.943,00	-131.257.944,00
Total geral	342.948.247,00	106.443.360,00	103.929.943,00	-132.574.944,00

* - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

37.2. Margem de Solvência

De acordo com a legislação vigente, as Companhias seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representem certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos. De acordo com a legislação vigente, as seguradoras que tenham uma insuficiência de margem de solvência devem submeter às autoridades competentes um plano de recuperação tendo em vista restabelecer a sua situação financeira, existindo sanções em caso de incumprimento destes dispositivos.

À data de 31 de Dezembro de 2012, os elementos constitutivos da margem de solvência da Companhia, era no valor 904.608 contos, cumprem a legislação vigente sobre a matéria. Considerando que a margem de solvência exigível, na mesma data, ascende a 318.798 contos, verifica-se um excesso de cobertura da margem de solvência de 585.810 contos, o que corresponde a uma taxa de cobertura da margem de solvência a constituir de 284%.

O quadro seguinte resume a situação de cobertura da margem de solvência, 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

MARGEM DE SOLVÊNCIA 2012 -2011

	2012	2011
Margem de solvência disponível	904.608	787.541
Margem de solvência exigível	318.798	288.062
Excessos de margem de solvência	585.810	499478
Taxa de cobertura da margem de solvência	284%	273%

Mindelo, 31 de Dezembro de 2012

O Diretor Financeiro



Raimundo Sousa Duarte Monteiro

...ooo0ooo...



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

	Montantes expressos em ECV	
	31/dez/12	31/dez/11
	Valores	Valores
Método Directo		
<u>Actividades operacionais</u>		
Recebimentos de prémios	898 134 407,60	725 361 557,00
Recebimentos de reembolsos	25 479 583,00	7 764 112,00
Recebimentos de operações de co-seguro	123 701 460,00	0,00
Recebimentos de operações de resseguro	2 328 402,00	17 844 728,00
Pagamentos de sinistros	-257 500 884,00	-195 582 706,00
Pagamentos de comissões	-24 124 735,00	-14 482 719,00
Pagamentos de estornos	-32 613 050,00	-10 366 780,00
Pagamentos de operações de co-seguro	0,00	0,00
Pagamentos de operações de resseguro	-306 833 078,86	-262 972 629,00
Pagamentos a fornecedores	-64 424 372,00	-64 683 677,00
Pagamentos ao pessoal	-115 699 887,00	-92 919 518,00
Fluxo gerado pelas operações	248 447 845,74	109 962 368,00
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-28 472 218,15	39 207 439,00
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	0,00	3 944 974,00
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	219 975 627,59	153 114 781,00
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	1 304 076,62	940 184,08
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	6 600 197,00	-3 606 547,00
Fluxo das actividades operacionais (1)	227 879 901,21	150 448 418,08
<u>Actividades de investimento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	12 872 175,00	23 300 088,00
Activos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Rendas de propriedades de investimento	5 911 935,00	4 881 252,00
Juros e proveitos similares	500 512,00	672 017,00
Dividendos	1 988 490,28	33 286 436,00

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Montantes expressos em ECV

	31/dez/12	31/dez/11
	Valores	Valores
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-23 278 982,28	-50 000 000,00
Activos tangíveis	-99 836 790,58	-3 424 404,91
Activos intangíveis	-56 661,00	-11 644,00
Fluxo das actividades de investimento (2)	-101 858 047,58	8 744 652,09
<u>Actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Venda de acções (quotas) próprias	0,00	11 410 000,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
Dividendos	-79 035 000,00	-80 570 000,00
Reduções de capital e prestações similares	0,00	0,00
Aquisições de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Fluxo das actividades de financiamento (3)	-79 035 000,00	-69 160 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	46 986 853,63	90 033 070,17
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	89 992 162,17	93 437 617,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	46 945 579,63	89 992 162,17

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 de Dezembro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012

Montante expresso em ECV

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício			Total
Balanço a 31 de Dezembro de 2011		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	48 981 591,93	124 714 134,87	0,00	206 332 658,61	0,00	0,00	142 215 026,59	929 756 412,00	0,00	929 756 412,00
Correcções de erros (IAS8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de Políticas contabilísticas (IAS 8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transacção de acções próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Perdas líquidas por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2012		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	48 981 591,93	124 714 134,87	0,00	206 332 658,61	0,00	0,00	142 215 026,59	929 756 412,00	0,00	929 756 412,00
Aumentos/Reduções de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transacção de acções próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-37 966 840,00	0,00	0,00	0,00	-37 966 840,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 de Dezembro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012

Montante expresso em ECV

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por reconhecimento de imposto diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-80 000 000,00	-80 000 000,00	-80 000 000,00
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		0,00	0,00	0,00	0,00	14 221 502,66	47 993 523,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 215 026,59	62 215 026,59
Distribuição de reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de estimativas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 048 268,72	46 048 268,72	46 048 268,72
Total das variações do capital próprio		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	63 203 094,59	172 707 658,80	0,00	168 365 818,61	0,00	0,00	108 263 295,31	920 052 867,31	920 052 867,31
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2012		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	63 203 094,59	172 707 658,80	0,00	168 365 818,61	0,00	0,00	108 263 295,31	920 052 867,31	920 052 867,31
Distribuição antecipada de lucros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Balanco a 31 de Dezembro de 2012		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	63 203 094,59	172 707 658,80	0,00	168 365 818,61	0,00	0,00	108 263 295,31	920 052 867,31	920 052 867,31


